

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM.....	8
WHIRLPOOL S.A.....	2

Bradesco

Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A.

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, empresa controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., é especializada na gestão de recursos de terceiros de diversos segmentos do mercado, como Varejo, Bradesco Prime, Bradesco Private, Bradesco Empresas, Corporate e Investidores Institucionais, além dos Internacionais.

Em 2015, a BRAM possuía sob gestão R\$ 391 bilhões distribuídos em 806 Fundos de Investimento e 319 Carteiras Administradas, atendendo um total de 2.673.728 investidores.

No exercício de 2015, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 37,1 milhões, correspondente a R\$ 3.979,06 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 331,5 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 11,19%.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	373.145	339.953	CIRCULANTE	47.297	48.203
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	145	519	OUTRAS OBRIGAÇÕES	47.297	48.203
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	223.583	Sociais e Estatutárias	352	304
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	-	223.583	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a).....	22.003	23.533
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Diversas (Nota 12b).....	24.942	24.366
DERIVATIVOS (Nota 6)	361.145	100.339			
Carteira Própria	361.145	100.339			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7).....	11.855	15.502	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	9.532	8.628
Rendas a Receber.....	10.345	11.539	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.532	8.628
Diversos.....	1.510	3.963	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a).....	5.790	5.472
OUTROS VALORES E BENS.....	-	10	Diversas (Nota 12b).....	3.742	3.156
Despesas Antecipadas.....	-	10			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	11.948	8.422	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	331.548	294.807
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7).....	11.948	8.422	Capital:		
Diversos.....	11.948	8.422	- De Domiciliados no País (Nota 13a)	148.000	133.000
PERMANENTE	3.284	3.263	Reservas de Lucros (Nota 13c).....	183.548	161.807
INVESTIMENTOS (Nota 8)	244	293			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País.....	122	171			
Outros Investimentos.....	334	334			
Provisões para Perdas	(212)	(212)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9).....	1.822	1.740			
Outras Imobilizações de Uso.....	7.066	6.666			
Depreciações Acumuladas.....	(5.244)	(4.926)			
INTANGÍVEL (Nota 10).....	1.218	1.230			
Ativos Intangíveis.....	4.340	3.782			
Amortização Acumulada	(3.122)	(2.552)			
TOTAL	388.377	351.638	TOTAL	388.377	351.638

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil							
2º Semestre	Exercícios findos em		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2015	31 de dezembro		Legal	Estatutária		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.488	42.375	33.459				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c).....	23.488	42.375	33.459				
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.488	42.375	33.459				
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	7.768	20.893	24.362				
Receitas de Prestação de Serviços (Notas 14 e 22b).....	61.097	119.585	120.662				
Despesas de Pessoal (Nota 15).....	(28.841)	(55.763)	(59.232)				
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(18.822)	(31.439)	(25.730)				
Despesas Tributárias (Nota 17)	(6.383)	(12.014)	(10.357)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	(12)	(49)	434				
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	2.646	3.185	976				
Outras Despesas Operacionais (Nota 19).....	(1.917)	(2.612)	(2.389)				
RESULTADO OPERACIONAL	31.256	63.268	57.821				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	97				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	31.256	63.268	57.918				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 21a e b).....	(13.405)	(26.175)	(25.899)				
LUCRO LÍQUIDO	17.851	37.093	32.019				
Número de ações (Nota 13a).....	9.322.059	9.322.059	9.322.059				
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.914,92	3.979,06	3.434,76				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil							
2º Semestre	Exercícios findos em		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2015	31 de dezembro		Legal	Estatutária		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:							
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	31.256	63.268	57.918				
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	818	1.569	765				
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	348	548	137				
Depreciações e Amortizações	458	972	1.062				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	49	(434)				
Lucro Líquido ajustado antes dos impostos	32.074	64.837	58.683				
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	236.808	223.583	(21.806)				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(272.817)	(260.806)	11.383				
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(657)	1.044	(1.377)				
Aumento em Outras Obrigações	9.926	1.521	7.764				
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(4.897)	(29.207)	(28.574)				
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	437	972	26.073				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:							
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(322)	(484)	(94)				
Aplicações no Intangível	(294)	(558)	(360)				
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(616)	(1.042)	(454)				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:							
Dividendos Pagos.....	(304)	(304)	(25.326)				
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(304)	(304)	(25.326)				
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(483)	(374)	293				
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	628	519	226				
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	145	145	519				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(483)	(374)	293				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras não atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
					2015			2014	
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:									
Letras financeiras do tesouro	-	-	77	186.921	186.998	186.998	-	27.308	-
Letras do tesouro nacional	99.649	-	-	-	99.649	99.649	-	2.497	-
Letras financeiras	1.339	21.174	14.976	26.946	64.435	64.435	-	17.404	-
Debêntures	-	315	-	9.627	9.942	9.942	-	3.917	-
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	49.085	-
Outros	121	-	-	-	121	121	-	128	-
Total em 2015	101.109	21.489	15.053	223.494	361.145	361.145	-		
Total em 2014	55.044	572	10.095	34.628				100.339	

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 361.024 mil (2014 - R\$ 100.211 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco; e

(2) Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos de renda fixa	16.883	11.653
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	25.492	21.806
Total	42.375	33.459

d) A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

7) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Taxa de administração de fundos de investimentos	9.253	9.769
Tarifa de administração de carteiras	1.092	1.770
Total	10.345	11.539

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Créditos tributários (Nota 21c)	11.784	10.871
Devedores por depósito em garantia	1.240	1.042
Adiantamentos e antecipações salariais	263	199
Impostos e contribuições a compensar	151	83
Outros	20	190
Total	13.458	12.385

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social % (2)	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
					Valor contábil	Ajuste decorrente de avaliação (1)		
					2015	2014	2015	2014
2bCapital S.A.	14.167	4.906	(1.970)	20.891	122	171	(49)	434
Total					122	171	(49)	434

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pela companhia e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e

(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por se tratar de investida integralmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	218	218
Certificados de investimentos	99	99
Outros investimentos	17	17
Subtotal	334	334
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(212)	(212)
Total	122	122

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
		Custo líquido de depreciação			
		2015	2014	2015	2014
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.518	(1.570)	948	1.142
Sistema de segurança e comunicação	10%	1.014	(756)	258	280
Sistema de processamento de dados	20%	3.534	(2.918)	616	318
Total em 2015		7.066	(5.244)	1.822	
Total em 2014		6.666	(4.926)		1.740

10) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e *software*, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.218 mil (2014 - R\$ 1.230 mil), a amortização acumulada é de R\$ 3.122 mil (2014 - R\$ 2.552 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Fiscais e previdenciárias (1)		
	Trabalhistas	Cíveis	
No início do exercício	162	213	5.296
Atualização monetária	25	29	298
Constituições líquidas de reversões	55	166	(25)
Pagamentos	(81)	(151)	
No final do exercício (Nota 12)	161	257	5.569

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

As provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.199 mil (2014 - R\$ 13.011 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	19.750	21.537
Provisões fiscais (Nota 11b)	5.569	5.296
Impostos e contribuições a recolher	2.253	1.996
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	221	176
Total	27.793	29.005

I) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata dia*).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 145 mil (2014 - R\$ 519 mil).

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 2014, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 223.583 mil. As receitas estão classificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 25.492 mil (2014 - R\$ 21.806 mil).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Cotas de fundos de investimentos	361.145	100.339
Total	361.145	100.339

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para participações nos lucros e resultados	19.065	17.520
Provisão para pagamentos a efetuar	3.539	5.552
Provisão para férias	2.318	1.918
Gratificação aos administradores	2.052	2.009
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.292	148
Provisão para passivos contingentes (Nota 11b)	418	375
Total	28.684	27.522

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 148.000 mil (2014 - R\$ 133.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Em 1º de janeiro de 2015	9.322.059	133.000
Aumento de capital com reservas AGO/E (1)	15.000	
Em 31 de dezembro de 2015	9.322.059	148.000

(1) Em 27 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 15.000 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	183.548	161.807
- Reserva legal (1)	14.087	12.232
- Reserva estatutária (2)	169.461	149.575

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	37.093	32.019
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.855)	(1.601)
Base de cálculo	35.238	30.418
Dividendos propostos	352	304
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	37,76	32,61

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 119.585 mil (2014 - R\$ 120.660 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 22b).

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	22.340	21.021
Participação dos empregados nos lucros	19.149	20.417
Benefícios (1)	6.653	10.683
Encargos sociais	7.321	6.760
Treinamento	213	332
Provisões trabalhistas	87	19
Total	55.763	59.232

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.033 mil (2014 - R\$ 6.618 mil).

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Comunicações	9.072	4.063
Serviços técnicos especializados	6.001	5.642
Propaganda, promoções e publicidade	5.085	4.499
Viagens	3.120	2.283
Processamento de dados	2.435	2.352
Serviços de terceiros	1.059	2.218
Aluguéis	1.859	1.748
Depreciações e amortizações	972	1.062
Transportes	513	398
Refeições e lanches	338	298
Contribuições filantrópicas	200	279
Manutenção e conservação de bens	156	161
Despesas de material	132	145
Outras	497	582
Total	31.439	25.730

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	7.221	6.427
Impostos sobre serviços - ISS.....	2.290	2.265
Contribuição ao PIS.....	1.225	1.075
Impostos e taxas.....	1.278	590
Total	12.014	10.357



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador (direto e indireto) e empresas coligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015 Ativos (passivos)	2014 Ativos (passivos)	2015 Receitas (despesas)	2014 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto).....	145	519	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto).....	-	223.583	25.492	21.806
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A. (Controlador Direto)	(352)	(304)	-	-
Aluguel:				
Banco Bradesco BERJ S.A. (Coligada).....	-	-	-	(571)
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto).....	-	-	(76)	(73)
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Incorporada pelo Banco Bradesco BERJ S.A. em 30.4.2014) (Coligada)	-	-	-	(189)
Serviços prestados:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto).....	-	-	(12)	(12)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 4.800 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 6.700 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos.....	1.595	3.626
Contribuição ao INSS.....	359	816
Total	1.954	4.442

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.608	6.569
Total	1.608	6.569

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	63.268	57.918
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(28.471)	(23.167)
Participações em coligadas e controladas	(22)	174
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.119)	(3.852)
Benefício fiscal	-	952
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	630	-
Outras	2.807	(6)
Imposto de renda e contribuição social do exercício (3).....	(26.175)	(25.899)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(2) Constituição de crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme a Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(27.088)	(28.807)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	263	2.908
Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15		
Adições temporárias	650	-
Total dos impostos diferidos.....	913	2.908
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(26.175)	(25.899)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisões cíveis.....	85	92	65	112
Provisões fiscais.....	1.354	276	10	1.620
Provisões trabalhistas	65	37	35	67
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	89	8	4	93
Provisão para participação nos lucros/gratificações	7.403	8.678	7.130	8.951
Outros (2)	1.875	443	1.377	941
Total dos créditos tributários (Nota 7b).....	10.871	9.534	8.621	11.784
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a) (3)	176	45	-	221
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	10.695	9.489	8.621	11.563

(1) Inclui o montante de R\$ 650 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15;

(2) Os valores correspondem basicamente a provisão de propaganda e publicidade; e

(3) Inclui, em 2015, o montante de R\$ 20 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	6.111	4.195	10.306
2017.....	331	246	577
2018.....	517	384	901
Total	6.959	4.825	11.784

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 11.467 mil (2014 - R\$ 10.120 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco. A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2015, somaram R\$ 391.495.888 mil (2014 - R\$ 346.692.002 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 119.565 mil (2014 - R\$ 120.660 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
 - Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
 - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de janeiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3



Diário Oficial

Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 30

Página 10

São Paulo, quinta-feira, 18 de fevereiro de 2016

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



autoridade certificadora oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios
públicos realizados
no Estado, disponíveis gratuitamente
para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, empresa controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., é especializada na gestão de recursos de terceiros de diversos segmentos do mercado, como Varejo, Bradesco Prime, Bradesco Private, Bradesco Empresas, Corporate e Investidores Institucionais, além dos Internacionais.

Em 2015, a BRAM possuía sob gestão R\$ 391 bilhões distribuídos em 806 Fundos de Investimento e 319 Carteiras Administradas, atendendo um total de 2.673.728 investidores.

No exercício de 2015, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 37,1 milhões, correspondente a R\$ 3.979,06 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 331,5 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 11,19%.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	373.145	339.953	CIRCULANTE	47.297	48.203
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	145	519	OUTRAS OBRIGAÇÕES	47.297	48.203
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	223.583	Sociais e Estatutárias	352	304
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	223.583	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	22.003	23.533
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	361.145	100.339	Diversas (Nota 12b)	24.942	24.366
Carteira Própria	361.145	100.339			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	11.855	15.502			
Rendas a Receber	10.345	11.539	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.532	8.628
Diversos	1.510	3.963	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.532	8.628
OUTROS VALORES E BENS	-	10	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	5.790	5.472
Despesas Antecipadas	-	0	Diversas (Nota 12b)	3.742	3.156
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.948	8.422			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	11.948	8.422	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	331.548	294.807
Diversos	11.948	8.422	Capital:		
PERMANENTE	3.284	3.263	- De Domiciliados no País (Nota 13a)	148.000	133.000
INVESTIMENTOS (Nota 8)	244	293	Reservas de Lucros (Nota 13c)	183.548	161.807
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	122	171			
Outros Investimentos	334	334			
Provisões para Perdas	(212)	(212)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.740	1.740			
Outras Imobilizações de Uso	7.066	6.666			
Depreciações Acumuladas	(5.244)	(4.926)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.218	1.230			
Ativos Intangíveis	4.340	3.782			
Amortização Acumulada	(3.122)	(2.552)			
TOTAL	388.377	351.638	TOTAL	388.377	351.638

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.488	42.375	33.459
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	23.488	42.375	33.459
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.488	42.375	33.459
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	7.768	20.893	24.362
Recargas de Prestação de Serviços (Notas 14 e 22b)	61.097	119.585	120.660
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(28.841)	(55.763)	(59.232)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(18.822)	(31.439)	(25.730)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(6.383)	(12.049)	(10.357)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	(12)	(49)	(33)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	2.646	3.185	976
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(1.917)	(2.612)	(2.389)
RESULTADO OPERACIONAL	31.256	63.268	57.821
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	31.256	63.268	57.821
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 21a e b)	(13.405)	(26.175)	(25.899)
LUCRO LÍQUIDO	17.851	37.093	32.019
Número de ações (Nota 13a)	9.322.059	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.914,92	3.979,06	3.434,76

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	31.256	63.268	57.918
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	818	1.569	765
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	348	548	137
Depreciações e Amortizações	458	972	1.062
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	49	(434)
Lucro Líquido ajustado antes dos impostos	32.074	64.837	58.683
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	236.808	223.583	(21.806)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	(272.817)	(260.806)	11.383
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(657)	1.044	(1.377)
Aumento em Outras Obrigações	9.926	1.521	7.764
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.897)	(29.207)	(28.574)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	437	972	26.073

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(322)	(484)	(94)
Aplicações no Intangível	(294)	(558)	(360)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(616)	(1.042)	(454)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(304)	(304)	(25.326)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(304)	(304)	(25.326)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(483)	(374)	293
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	628	519	226
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	145	145	519
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(483)	(374)	293

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais	
Saldo em 30.6.2015	148.000	13.194	152.672	-	313.866
Lucro Líquido	-	-	17.851	17.851	-
Destinações:- Reservas	-	893	16.789	(17.682)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(169)	(169)
Saldo em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548
Saldo em 31.12.2013	133.000	10.631	144.461	-	288.092
Dividendos Declarados	-	-	(25.000)	(25.000)	-
Lucro Líquido	-	-	32.019	32.019	-
Destinações:- Reservas	-	1.601	30.114	(31.715)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(304)	(304)
Saldo em 31.12.2014	133.000	12.232	149.575	-	294.807
Aumento de Capital com Reserva	15.000	-	(15.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	37.093	37.093	-
Destinações:- Reservas	-	1.855	34.886	(36.741)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(352)	(352)
Saldo em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2015	%	2015	%	2014	%	
1 - RECEITAS	86.314	126,6	162.533	122,3	152.803	118,2	
1.1) Intermediação Financeira	23.488	34,8	42.375	31,9	33.459	25,9	
1.2) Prestação de Serviços	61.097	90,6	119.585	90,0	120.660	93,4	
1.3) Outras	729	1,2	573	0,4	(1.316)	(1,1)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(17.438)	(25,9)	(28.608)	(21,5)	(22.920)	(17,7)	
Comunicações	(5.546)	(8,2)	(9.072)	(6,8)	(4.063)	(3,1)	
Serviços Técnicos Especializados	(2.851)	(4,2)	(6.001)	(4,5)	(5.642)	(4,4)	
Processamento de Dados	(1.299)	(1,9)	(2.335)	(1,8)	(2.352)	(1,8)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(3.642)	(5,4)	(5.085)	(3,8)	(4.409)	(3,5)	
Viagens	(2.530)	(3,8)	(3.120)	(2,3)	(2.283)	(1,8)	
Serviços de Terceiros	(690)	(1,0)	(1.059)	(0,8)	(2.218)	(1,7)	
Refeições e Lanches	(188)	(0,3)	(338)	(0,3)	(298)	(0,2)	
Transportes	(240)	(0,4)	(513)	(0,4)	(398)	(0,3)	
Contribuições Filantrópicas	(50)	(0,1)	(200)	(0,2)	(279)	(0,2)	
Materiais, Energia e Outros	(68)	(0,1)	(132)	(0,1)	(145)	(0,1)	
Manutenção e Conservação de Bens	(87)	(0,1)	(156)	(0,1)	(611)	(0,5)	
Outras	(247)	(0,4)	(497)	(0,4)	(582)	(0,5)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	67.876	100,7	133.925	100,8	129.883	100,5	
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(458)	(0,7)	(972)	(0,7)	(1.062)	(0,8)	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	67.418	100,0	132.953	100,1	128.821	99,7	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(12)	-	(49)	(0,1)	434	0,3	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(12)	-	(49)	(0,1)	434	0,3	
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	67.406	100,0	132.904	100,0	129.255	100,0	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	67.406	100,0	132.904	100,0	129.255	100,0	
8.1) Pessoal	25.904	38,4	50.147	37,7	53.955	41,7	
Proventos	11.754	17,4	22.340	16,8	21.021	16,3	
Benefícios	3.409	5,1	6.553	5,0	10.683	8,3	
FGTS	828	1,2	1.705	1,3	1.483	1,1	
Outros Encargos	9.913	14,7	19.449	14,6	20.768	16,0	
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	22.725	33,7	43.805	33,0	41.533	32,1	
Federal	21.556	32,0	41.515	31,3	39.268	30,4	
Municipal	1.169	1,7	2.290	1,7	2.265	1,7	
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	926	1,4	1.859	1,4	1.748	1,4	
Aluguéis	926	1,4	1.859	1,4	1.748	1,4	
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	17.851	26,5	37.093	27,9	32.019	24,8	
Dividendos	169	0,3	352	0,3	304	0,3	
Lucros Retidos	17.682	26,2	36.741	27,6	31.715	24,5	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades afins às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio da carteira de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas de valores justos de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apreciação do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44
Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Diversos

	2015	2014
Créditos tributários (Nota 21c).....	11.784	10.871
Devedores por depósito em garantia.....	1.240	1.042
Adiantamentos e antecipações salariais.....	263	199
Impostos e contribuições a compensar.....	151	83
Outros.....	20	190
Total.....	13.458	12.385

a) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Capital social	Patri-mônio líquido ajustado	Prejuízo	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social % (2)	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
						2015	2014	2015	2014
20Capital S.A.	14.167	4.506	(1.970)	20.891	122	171	(49)	434	171
Total.....						122	171	(49)	434

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pela companhia e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis; e
(2) Investimento com participação inferior a 20%, entretanto foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial por se tratar de investida integralmente controlada pela Organização Bradesco.

b) Composição de outros investimentos

	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais.....	218	218
Certificados de investimentos.....	99	99
Outros investimentos.....	17	17
Subtotal.....	334	334
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais.....	(212)	(212)
Total.....	122	122

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2015	2014
Móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.518	(1.570)	948	1.142
Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.014	(756)	258	280
Sistema de processamento de dados.....	20%	3.534	(2.918)	616	318
Total em 2015.....		7.066	(5.244)	1.822	
Total em 2014.....		6.666	(4.926)		1.740

10) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e *software*, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.218 mil (2014 - R\$ 1.230 mil), a amortização acumulada é de R\$ 3.122 mil (2014 - R\$ 2.552 mil).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição dessas provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obtendo as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício.....	162	213	5.296
Atualização monetária.....	25	29	238
Constituições líquidas de reversões.....	55	168	(25)
Pagamentos.....	(81)	(151)	-
No final do exercício (Nota 12).....	161	257	5.569

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

As provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.199 mil (2014 - R\$ 13.011 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	19.750	21.537
Provisões fiscais (Nota 11b).....	5.569	5.296
Impostos e contribuições a recolher.....	2.253	1.996
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c).....	221	176
Total.....	27.793	29.005

b) Diversas

	2015	2014
Provisão para participações nos lucros e resultados.....	19.065	17.520
Provisão para pagamentos a efetuar.....	3.539	5.552
Provisão para férias.....	2.318	1.918
Gratificação aos administradores.....	2.052	2.009
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	1.292	148
Provisão para passivos contingentes (Nota 11b).....	418	375
Total.....	28.684	27.522

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 148.000 mil (2014 - R\$ 133.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 1º de janeiro de 2015.....	9.322.059	133.000
Aumento de capital com reservas AGO/E (1).....	-	15.000
Em 31 de dezembro de 2015.....	9.322.059	148.000

(1) Em 27 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 15.000 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	2015	2014
Reservas de lucros.....	183.548	161.807
- Reserva legal (1).....	14.087	12.232
- Reserva estatutária (2).....	169.461	149.575

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, a podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	2015	2014
Lucro líquido.....	37.093	32.019
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.855)	(1.601)
Base de cálculo.....	35.238	30.418
Dividendos propostos.....	352	304
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	37,76	32,61

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 119.585 mil (2014 - R\$ 120.660 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 22b).

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2015	2014
Proventos.....	22.340	21.021
Participação dos empregados nos lucros.....	19.149	20.417
Benefícios (1).....	6.653	10.683
Encargos sociais.....	7.321	6.760
Treinamento.....	213	332
Provisões trabalhistas.....	87	19
Total.....	55.763	59.232

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.033 mil (2014 - R\$ 8.618 mil).

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Comunicações.....	9.072	4.063
Serviços técnicos especializados.....	6.001	5.642
Propaganda, promoções e publicidade.....	5.085	4.499
Viagens.....	3.120	2.283
Processamento de dados.....	2.435	2.352
Serviços de terceiros.....	1.059	2.218
Aluguéis.....	1.859	1.748
Depreciações e amortizações.....	972	1.062
Transportes.....	513	398
Refeições e lanches.....	338	298
Contribuições filantrópicas.....	200	279
Manutenção e conservação de bens.....	156	161
Despesas de material.....	132	145
Outras.....	497	582
Total.....	31.439	25.730

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem que os auditores tenham em mente que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	7.221	6.427
Impostos sobre serviços - ISS.....	2.290	2.285
Contribuição ao PIS.....	1.225	1.075
Impostos e taxas.....	1.278	590
Total.....	12.014	10.357

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de outras provisões operacionais (1).....	3.114	876
Recuperação de encargos e despesas.....	-	50
Dividendos recebidos.....	-	46
Outras receitas financeiras.....	71	44
Total.....	3.185	976

(1) Em 2015, inclui o montante de R\$ 2.573 mil referente à reversão de provisão para promoções e eventos.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Despesas financeiras.....	684	224
Patrocínio.....	898	446
Provisões cíveis.....	207	590
Ressarcimento a clientes.....	242	487
Doações.....	591	400
Outras (1).....	71	242
Total.....	2.612	2.389

(1) Em 2015, inclui o montante de R\$ 580 mil referente ao material de apoio comercial para incentivo à rede na comercialização de fundos.

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador (direto e indireto) e empresas coligadas estão assim representadas:

	2015	2014
Ativos (passivos).....	145	519
Ativos (passivos).....	223.558	25.492
Total.....	(352)	(304)

Aluguel:

Banco Bradesco BERJ S.A. (Coligada)..... - - (571)
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)..... - - (73)
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Incorporada pelo Banco Bradesco BERJ S.A. em 30.4.2014)..... - - (189)

Serviços prestados:

Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)..... - (12) (12)
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, a Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 4.800 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 1.700 mil (2014 - R\$ 6.700 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

Proventos..... 1.595 3.626
Contribuição ao INSS..... 359 816
Total..... 1.954 4.442

Benefícios pós-emprego

	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.608	6.569
Total.....	1.608	6.569

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	63.268	57.918
Encargos totais do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(28.471)	(23.167)
Benefícios em coligadas e controladas.....	(22)	174
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.119)	(3.852)
Benefício fiscal.....	-	952
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	630	35
Outras.....	2.807	(6)
Imposto de renda e contribuição social do exercício (3).....	(26.175)	(25.899)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
(2) Constituição do crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme a Lei nº 13.169/15; e
(3) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Impostos correntes.....	(27.088)	(28.807)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Impostos diferidos.....	263	2.908
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	650	2.908
Ativação do crédito tributário - Lei nº 13.169/15.....	913	2.908
Adições temporárias.....	(26.175)	(25.899)
Total dos impostos diferidos.....	(26.175)	(25.899)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisões cíveis.....	85	92	65	112
Provisões fiscais.....	1.354	276	10	1.620
Provisões trabalhistas.....	65	37	35	